

Fomento às Indicações Geográficas e Marcas Coletivas

Volume 1: O Caso da Canastra



Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2026

Fomento às Indicações Geográficas e Marcas Coletivas

Volume 1: O Caso da Canastra



Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2026



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores.

Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M.ª Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M.ª Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadores	Profª Drª Rubmara Ketzer Oliveira Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers
Financiamento	Este trabalho contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2023/10119-7
Imagem da Capa	Profª Drª Rubmara Ketzer Oliveira - Arquivo pessoal
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.ª Dr.ª Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”*, Cuba
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof. Dr. Agustín Olmos Cruz, *Universidad Autónoma del Estado de México*, México
Prof.ª Dr.ª Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Prof.ª Dr.ª Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Ana Júlia Viamonte, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru
Prof.ª Dr.ª Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil
Prof.ª Dr.ª Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Cirila Cervera Delgado, *Universidad de Guanajuato*, México
Prof.ª Dr.ª Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Cláudia Padovesi Fonseca, Universidade de Brasília-DF, Brasil



Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Dr. Cristo Ernesto Yáñez León – New Jersey Institute of Technology, Newark, NJ, Estados Unidos

Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid*, Espanha

Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

Prof.^a Dr.^a Dina Maria Martins Ferreira, Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Prof.^a Dr.^a Edith Luévano-Hipólito, *Universidad Autónoma de Nuevo León*, México

Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima, Brasil

Prof.^a Dr.^a Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México

Prof.^a Dr.^a Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste*, Argentina

Prof.^a Dr.^a Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha

Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguai

Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México

Prof. Dr. Fernando Hitt, *Université du Québec à Montréal*, Canadá

Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha

Prof.^a Dr.^a Gabriela Gonçalves, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal

Prof.^a Dr.^a Galina Gumovskaya – Higher School of Economics, Moscow, Russia

Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil

Prof.^a Dr.^a Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina

Prof.^a Dr.^a Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina

Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal

Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina

Prof. Dr. Guillermo Julián González-Pérez, *Universidad de Guadalajara*, México

Prof. Dr. Håkan Karlsson, *University of Gothenburg*, Suécia

Prof.^a Dr.^a Lara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco, Brasil

Prof.^a Dr.^a Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru

Prof.^a Dr.^a Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina

Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile

Prof.^a Dr.^a Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College*, Estados Unidos

Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha*, Espanha

Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal

Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros, Brasil

Prof. Dr. Jorge Ernesto Bartolucci, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México

Prof. Dr. José Cortez Godinez, Universidad Autónoma de Baja California, México

Prof. Dr. Juan Carlos Cancino Diaz, Instituto Politécnico Nacional, México

Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha

Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia



Prof. Dr. Juan Manuel Sánchez-Yáñez, *Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo*, México

Prof. Dr. Juan Porras Pulido, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México

Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*, Brasil

Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, *Universidade Estadual Paulista (UNESP)*, Brasil

Prof.ª Dr.ª Livia do Carmo, *Universidade Federal de Goiás*, Brasil

Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, *Universidade de Passo Fundo*, Brasil

Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México

Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha

Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha

Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodríguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha

Prof. Dr. Manuel Simões, *Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto*, Portugal

Prof.ª Dr.ª Márcia de Souza Luz Freitas, *Universidade Federal de Itajubá*, Brasil

Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, *Universidade Estadual Paulista (UNESP)*, Brasil

Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, *Universidade Federal de Sergipe*, Brasil

Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha

Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, *Universidade Federal de Ouro Preto*, Brasil

Prof.ª Dr.ª María Alejandra Arecco, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina

Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, *Universidade Federal da Bahia*, Brasil

Prof.ª Dr.ª Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I*, Espanha

Prof.ª Dr.ª Maria da Luz Vale Dias – *Universidade de Coimbra*, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, *Universidade Nova de Lisboa*, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, *Universidade Federal do Maranhão*, Brasil

Prof.ª Dr.ª MªGraça Pereira, *Universidade do Minho*, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maria Gracinda Carvalho Teixeira, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*, Brasil

Prof.ª Dr.ª María Guadalupe Vega-López, *Universidad de Guadalajara*, México

Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, *Instituto Politécnico de Viseu*, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana*, Cuba

Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, *Universidade Federal de Lavras*, Brasil

Prof. Dr. Melchor Gómez Pérez, *Universidad del País Vasco*, Espanha

Prof.ª Dr.ª Ninfa María Rosas-García, *Centro de Biotecnología Genómica-Instituto Politécnico Nacional*, México

Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, *Universidade Federal Fluminense*, Brasil

Prof. Dr. Osbaldo Turpo-Gebera, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru

Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, *Universidade Federal de Lavras*, Brasil

Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, *Universidade do Estado da Bahia*, Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, *Universidade Federal do Pará*, Brasil

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, *Universidade Federal do Piauí*, Brasil

Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, *Universidade Federal do Piauí*, Brasil

Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, *Universidade Federal de Uberlândia*, Brasil

Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina

Prof.ª Dr.ª Solange Kazumi Sakata, *Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)- USP*, Brasil

Prof.^a Dr.^a Stanislava Kashtanova, *Saint Petersburg State University*, Russia

Prof.^a Dr.^a Susana Álvarez Otero – *Universidad de Oviedo*, Espanha

Prof.^a Dr.^a Teresa Cardoso, *Universidade Aberta de Portugal*

Prof.^a Dr.^a Teresa Monteiro Seixas, *Universidade do Porto*, Portugal

Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, *Universidade Federal de Viçosa*, Brasil

Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera, *Universidade Federal de Campina Grande*, Brasil

Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, *Universidade Tecnológica Federal do Paraná*, Brasil

Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia

Prof. Dr. Xosé Somoza Medina, *Universidad de León*, Espanha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F681 Fomento às indicações geográficas e marcas coletivas [livro eletrônico]
: Volume 1 : o caso da Canastra / organização Rubmara Ketzer
Oliveira, Eduardo Eugênio Spers. – 1. ed. – Curitiba, PR: Editora
Artemis, 2026.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81701-85-7

DOI 10.37572/EdArt_230326857

1. Indicações geográficas – Agroalimentos. 2. Marcas coletivas –
Brasil. 3. Queijo Canastra – Valorização territorial. 4. Desenvolvimento
sustentável – Agricultura. 5. Políticas públicas – Fomento à pesquisa. I.
Oliveira, Rubmara Ketzer. II. Spers, Eduardo Eugênio.

CDD 338.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



Editora Artemis

Curitiba-PR Brasil

www.editoraartemis.com.br

e-mail: publicar@editoraartemis.com.br

PRÓLOGO

Este livro é fruto do Projeto “Fomento das indicações geográficas para desenvolvimento sustentável no campo: Indicações geográficas, relação custo-benefício para agroalimentos e difusão da prática como forma de agregar valor aos sistemas agrícolas brasileiros”, desenvolvido na Universidade de São Paulo, por meio da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2023/10119-7.

Os autores registram seu reconhecimento e agradecimento à FAPESP pelo apoio institucional e financeiro, fundamental para a realização das pesquisas de campo, análises técnicas, articulações interinstitucionais e atividades de difusão científica que tornaram possível a construção desta obra. O suporte concedido reafirma a relevância das políticas públicas de fomento à pesquisa para o avanço do conhecimento aplicado ao desenvolvimento territorial sustentável.

As Indicações Geográficas e as Marcas Coletivas consolidaram-se, nas últimas décadas, como importantes instrumentos de valorização territorial, capazes de articular identidade, produção, cultura, conhecimento tradicional e desenvolvimento econômico. Em países como o Brasil, marcados por grande diversidade sociocultural e por desafios estruturais no desenvolvimento regional, esses mecanismos assumem papel estratégico ao promover o reconhecimento de saberes locais, fortalecer arranjos produtivos e fomentar estratégias coletivas de geração de valor.

Este livro reúne um conjunto de estudos que abordam, sob diferentes perspectivas, o fomento das Indicações Geográficas e das Marcas Coletivas, tendo como eixo central o caso emblemático do Queijo Canastra. Ao longo dos seus 11 capítulos, a obra percorre fundamentos conceituais e normativos, instrumentos institucionais de apoio, políticas públicas, experiências de governança, bem como análises empíricas que evidenciam a complexidade e a riqueza dos processos envolvidos na construção e consolidação de uma Indicação Geográfica.

Os capítulos iniciais apresentam os marcos teóricos, legais e institucionais que sustentam as IGs e as Marcas Coletivas, situando o leitor quanto aos conceitos, objetivos e desafios associados a esses instrumentos no contexto brasileiro. Na sequência, a obra aprofunda a discussão sobre os mecanismos de fomento, o papel das instituições públicas e privadas e as estratégias adotadas para promover o desenvolvimento territorial a partir da valorização de produtos de origem.

O território da Serra da Canastra emerge, então, como espaço privilegiado de análise. A trajetória histórica, produtiva e cultural do Queijo Canastra revela como a

articulação entre tradição, inovação e ação coletiva foi fundamental para a superação de desafios regulatórios, econômicos e sociais. Os capítulos dedicados ao estudo de caso evidenciam que o reconhecimento da Indicação Geográfica não se resume à obtenção de um selo distintivo, mas constitui um processo social dinâmico, marcado por aprendizados, conflitos, cooperação e construção de confiança.

O livro se encerra com reflexões que integram as diferentes dimensões analisadas ao longo da obra, destacando a centralidade da governança, da liderança local e do engajamento dos stakeholders para a perenidade das Indicações Geográficas. A experiência da Canastra demonstra que a convergência de interesses, aliada a estruturas institucionais adequadas e a políticas públicas sensíveis às especificidades territoriais, é condição essencial para que esses instrumentos cumpram seu papel como indutores de desenvolvimento econômico, social e cultural.

Ao reunir contribuições de diferentes áreas do conhecimento, esta obra busca não apenas documentar uma experiência exitosa, mas também oferecer subsídios teóricos e práticos para pesquisadores, gestores públicos, produtores e agentes de desenvolvimento interessados em compreender e fortalecer as Indicações Geográficas e as Marcas Coletivas no Brasil. Espera-se que o livro contribua para ampliar o debate acadêmico e inspire novas iniciativas em outros territórios que compartilham desafios e potencialidades semelhantes.

Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

FOMENTO ÀS IGs E MARCAS COLETIVAS: O CASO DO QUEIJO CANASTRA – UMA INTRODUÇÃO

Danielle Mendes Thame Denny
Rubmara Ketzer Oliveira
Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz
Lucilio Rogério Aparecido Alves
Eduardo Eugênio Spers
Rosebelly Nunes Marques
Francisco José Mitidieri
Antonio Lopes Júnior
Francisco Rodrigo Martins
Marcia Cristina de Moraes
Vivaldo Alberto Viganó

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268571

CAPÍTULO 2..... 7

O PROJETO DE FOMENTO ÀS IGs E MARCAS COLETIVAS

Danielle Mendes Thame Denny
Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268572

CAPÍTULO 3..... 16

PANORAMA DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS

Marcel Azevedo Batista D'Alexandria
Breno Acácio

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268573

CAPÍTULO 4..... 36

EVOLUÇÃO DA SERRA DA CANASTRA, MG: HISTÓRIA, ECONOMIA, TURISMO E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Carlos Freitas Vian
Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268574

CAPÍTULO 5..... 46

A DIMENSÃO JURÍDICA LEGAL E O PAPEL PÚBLICO NA IG CANASTRA

Antonio Lopes Júnior

Danielle Mendes Thame Denny

Francisco José Mitidieri

Francisco Rodrigo Martins

Marcia Cristina de Moraes

Rubmara Ketzer Oliveira

Vivaldo Alberto Viganó

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268575

CAPÍTULO 6..... 63

IG CANASTRA E A SUSTENTABILIDADE

Danielle Mendes Thame Denny

Luan Aparecido Ferreira de Campos

Rubmara Ketzer Oliveira

Lucilio Rogério Aparecido Alves

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268576

CAPÍTULO 7..... 77

ATRIBUTOS GEOGRÁFICOS E AMBIENTAIS DO TERRITÓRIO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG) DA CANASTRA

Rubmara Ketzer Oliveira

Gustavo Verruma Bernardi

Anderson Victor dos Santos

Rosebelly Nunes Marques

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268577

CAPÍTULO 8..... 97

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA CANASTRA E A DIMENSÃO DA EDUCAÇÃO, ENSINO E APRENDIZAGEM

Rubmara Ketzer Oliveira

Anderson Victor dos Santos

Gustavo Verruma Bernardi

Rosebelly Nunes Marques

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268578

CAPÍTULO 9..... 110

ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO NO CONTEXTO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Fábio Nazhar

Felipe Mendes Borini

José Afonso Mazzon

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268579

CAPÍTULO 10..... 126

IG CANASTRA NA PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO E MÍDIAS DIGITAIS

Eduardo Eugênio Spers

Luiz Gabriel da Silva Hidalgo

 https://doi.org/10.37572/EdArt_23032685710

CAPÍTULO 11..... 140

CANASTRA NA PERSPECTIVA DOS STAKEHOLDERS

Renata Aparecida Forato

Eduardo Eugênio Spers

 https://doi.org/10.37572/EdArt_23032685711

SOBRE OS ORGANIZADORES 153

ÍNDICE REMISSIVO 154

CAPÍTULO 9

ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO NO CONTEXTO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Data de submissão: 07/01/2026

Data de aceite: 10/02/2026

Fábio Nazhar

Professor e Pesquisador (IFSP)

<http://lattes.cnpq.br/3344019944224399>

Felipe Mendes Borini

Professor e Pesquisador (FEA/USP)

<https://lattes.cnpq.br/6635164249130002>

<https://orcid.org/0000-0003-1389-136X>

José Afonso Mazzon

Professor e Pesquisador (FEA/USP)

<https://lattes.cnpq.br/1210919727653975>

<https://orcid.org/0000-0003-1556-520X>

RESUMO: O capítulo analisa os ecossistemas de inovação no contexto das Indicações Geográficas (IGs), distinguindo-os dos clusters tradicionais e propondo um arcabouço analítico para identificar quando um território de IG pode ser caracterizado como um ecossistema de inovação. Fundamentado na evolução conceitual do tema - da coevolução e interdependência entre atores à noção de cooperação e alinhamento multilateral - o

texto sustenta que o diferencial reside na articulação de uma proposta de valor focal orientada à criação de valor compartilhado e à proteção de bens públicos territoriais. A análise estrutura-se em três dimensões. A primeira, “Arquitetura e Componentes”, evidencia a heterogeneidade dos atores (produtores, associações, instituições de pesquisa e órgãos reguladores), a governança colaborativa e a centralidade de recursos territoriais materiais e imateriais. A segunda, “Dinâmicas, Relações e Evolução”, destaca a interdependência, a complementariedade, a capacidade absorviva e a coopetição como fundamentos da inovação sistêmica, enfatizando o papel das associações na orquestração não hierárquica e na renovação contínua das vantagens competitivas. A terceira, “Propósito e Resultados”, demonstra que esses ecossistemas transcendem objetivos econômicos, integrando dimensões sociais, culturais e ambientais, com foco na sustentabilidade e no desenvolvimento territorial de longo prazo. Conclui-se que nem todo território com IG constitui um ecossistema de inovação; tal configuração exige interdependência estruturada, governança eficaz e geração de valor coletivo multidimensional, demandando uma gestão orientada pela lógica da orquestração e da sustentabilidade sistêmica.

PALAVRAS-CHAVE: coopetição; governança colaborativa; valor compartilhado; capacidade absorviva.

ABSTRACT: This chapter examines innovation ecosystems within the context of Geographical Indications (GIs), distinguishing them from traditional clusters and proposing an analytical framework to identify when a GI territory can be characterized as an innovation ecosystem. Drawing on the conceptual evolution of the field - from coevolution and actor interdependence to coopetition and multilateral alignment - the chapter argues that the key differentiating element lies in the articulation of a focal value proposition oriented toward shared value creation and the protection of territorial public goods. The analysis is structured around three dimensions. The first, "Architecture and Components," highlights actor heterogeneity – including producers, associations, research institutions, and regulatory bodies – collaborative governance arrangements, and the centrality of both tangible and intangible territorial resources. The second, "Dynamics, Relationships, and Evolution," emphasizes interdependence, complementarity, absorptive capacity, and coopetition as foundations of systemic innovation, underscoring the role of associations in non-hierarchical orchestration and in the continuous renewal of competitive advantages. The third dimension, "Purpose and Outcomes," demonstrates that such ecosystems transcend purely economic objectives by integrating social, cultural, and environmental dimensions, with a focus on sustainability and long-term territorial development. The chapter concludes that not every GI territory constitutes an innovation ecosystem; this configuration requires structured interdependence, effective governance, and multidimensional collective value generation, demanding management guided by orchestration logic and systemic sustainability.

KEYWORDS: coopetition; collaborative governance; shared value; absorptive capacity.

1. INTRODUÇÃO

As contribuições de Moore (1993), ao demonstrar como ocorre a coevolução e a interdependência de empresas em ambientes competitivos, inspiraram os primeiros estudos sobre ecossistemas de inovação. O conceito de coopetição, que é caracterizado pelas dinâmicas de cooperação e competição entre empresas com foco na criação de valor compartilhado, é interpretado como vantagem competitiva, especialmente em ambientes que combinam as características de interdependência organizacional (Brandenburger e Nalebuff, 1996). No início do século XXI, lansiti e Levien (2004) aprofundaram a discussão destacando as organizações líderes que não buscam dominar o mercado pelo controle ou eliminação de concorrentes, mas sim promover a saúde e a estabilidade do sistema, criando condições para que todos os participantes possam prosperar.

Adner (2006) despertou mais interesse sobre o ecossistema ao argumentar que o sucesso de uma inovação depende da capacidade de alinhar as interdependências críticas de parceiros e ativos complementares, movendo a análise de uma mera descrição de mercado para um quadro estratégico focado no gerenciamento das complexas

interações necessárias à criação de valor. Ecossistema de inovação, para o autor, é um “arranjo colaborativo em que as empresas combinam suas ofertas individuais para criar uma solução coerente e voltada para o cliente” (Adner, 2006, p. 2). O conceito foi atualizado ao destacar a necessidade de “alinhamento do conjunto multilateral de parceiros que precisam interagir para que uma proposta de valor focal se materialize” (Adner, 2017, p. 42).

O gerenciamento eficaz dos ecossistemas de inovação demanda estratégias que reconheçam os riscos multilaterais de interdependência e complementaridade por meio de uma governança que balanceie colaboração e competição (Gomes *et al.*, 2018). Com o avanço dos estudos sobre o tema, Granstrand e Holgersson (2020) ampliaram o conceito de ecossistema de inovação como o “conjunto em evolução de atores, atividades e artefatos, e as instituições e relações, incluindo relações complementares e substitutas, que são importantes para o desempenho inovador de um ator ou de uma população de atores”. Esse conceito amplia a compreensão ao incluir elementos como artefatos (produtos, serviços, recursos tangíveis e intangíveis, tecnológicos e não tecnológicos) e ao destacar explicitamente as relações competitivas/substitutas no ecossistema de inovação.

Quanto aos territórios com Indicação Geográfica (IG), é fundamental compreender a diferença entre clusters de negócios e ecossistemas de inovação, pois nem sempre um território com reconhecimento de IG pode ser considerado um ecossistema inovação. *Clusters* são concentrações geográficas de empresas e instituições interconectadas em um determinado setor; englobam um conjunto de indústrias relacionadas e outras entidades importantes para a competição (Porter, 1998) e permitem maior difusão do conhecimento, transferência de tecnologia e sinergia entre as entidades. Contudo, *clusters* sem a adoção de práticas pautadas em rede de negócios não costumam alcançar êxito em estratégias que exigem a análise sistemática de elementos complexos.

Os ecossistemas de inovação transcendem as fronteiras regionais tradicionais e permitem interações que se estendem além da simples proximidade geográfica. Assim, um cluster se entrelaça com um ecossistema de inovação quando a criação de valor ultrapassa fronteiras organizacionais tradicionais, estruturando-se em uma rede complexa de atores, atividades, artefatos, relações (complementares e substitutas) e instituições, todos interligados por uma proposta de valor focal.

A interligação de todos os atores de um cluster por uma proposta de valor focal não é algo simples ou automático, já que os atores podem ser guiados por diferentes objetivos. Dessa forma, a interação entre cluster e ecossistema depende da existência de uma proposta de valor focal uníssona. O reconhecimento por meio da IG pode

valorizar o cluster e fortalecer a economia local ao assegurar uma identidade única vinculada ao território – seja pela Indicação de Procedência (IP), que registra uma região conhecida pela produção de determinado produto, ou pela Denominação de Origem (DO), que reconhece que as características do produto são diretamente influenciadas pelo ambiente geográfico.

Analisar um território de Indicação Geográfica (IG) sob a ótica de um ecossistema de inovação permite valorizar suas dinâmicas complexas como um ativo estratégico. Essa compreensão contribui diretamente para a melhoria da gestão e para a promoção do desenvolvimento econômico local. Afinal, a premissa central de um ecossistema é que a força dos resultados coletivos depende diretamente do nível de integração e da sinergia entre os membros da rede.

Este capítulo aborda os ecossistemas de inovação no contexto de Indicações Geográficas e evidencia as principais características que devem ser verificadas para caracterizar um território de IG como um ecossistema de inovação.

2. CARACTERÍSTICAS DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO CONTEXTO DE ECOSISTEMAS DE INOVAÇÃO

Visando desenvolver um conceito mais holístico sobre o tema, Gomes *et al.* (2021) definiram o ecossistema de inovação como uma estrutura mista que gira em torno de atributos necessários. E para verificar se um território de Indicação Geográfica (IG) reúne características de um ecossistema de inovação, é produtivo verificar a presença destes atributos necessários, aqui agrupados em três dimensões. A primeira, “Arquitetura e Componentes”, funciona como um mapa que identifica os elementos essenciais do sistema: os atores, a estrutura que os conecta e os complementos que, juntos, geram uma oferta de valor integrada (Adner, 2017; Jacobides *et al.*, 2018).

A dimensão “Dinâmicas, Relações e Evolução” revela a operacionalização do ecossistema. O foco recai sobre as interações de interdependência, cooperação e competição que, de forma não hierárquica e evolutiva, definem a vitalidade e a capacidade de adaptação do sistema (Hannah e Eisenhardt, 2018).

Finalmente, a terceira dimensão, “Propósito e Resultados”, investiga os resultados do ecossistema. Esta etapa avalia como os processos colaborativos levam à criação de valor para os *stakeholders* e à inovação sistêmica, ao mesmo tempo que permite a captura de valor individual pelos membros, garantindo a sustentabilidade do arranjo (Takey e Carvalho, 2016).

As seções a seguir detalham como cada uma dessas dimensões se manifesta no contexto específico das Indicações Geográficas.

2.1. ARQUITETURA E COMPONENTES DO ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO NO CONTEXTO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

A configuração dos atributos da dimensão “Arquitetura e Componentes” nos territórios com Indicação Geográfica (IG) transcende a simples concentração geográfica de empresas. Ela se revela como um arranjo complexo e territorial-coletivo, onde atores, recursos e instituições coevoluem para criar e compartilhar valor. A distinção fundamental reside na sua natureza e na centralidade dos bens públicos territoriais como pilar para a criação de valor, um aspecto que os diferencia dos *clusters* de negócios tradicionais (Mancini *et al.*, 2022).

A composição de atores nesses ecossistemas é notavelmente mais heterogênea do que a tradicional tríade universidade-empresa-governo. A arquitetura incorpora uma gama diversa de participantes essenciais: produtores locais, órgãos reguladores, associações de produtores e instituições de pesquisa, entre outros. Essa diversidade é um pilar para a sustentabilidade e regeneração do sistema, uma vez que cada ator contribui com recursos específicos que são únicos e dificilmente replicáveis em outros contextos (Corrêa, 2024). Um dos atores desse ecossistema são os produtores locais, cuja interdependência para manter os padrões coletivos de qualidade e autenticidade que sustentam a reputação territorial os força a uma dinâmica de coopetição: eles competem no mercado, mas cooperam na manutenção dos atributos territoriais que fundamentam a IG.

Para orquestrar essa complexa rede de interesses, a governança colaborativa emerge como um componente essencial, materializada em associações de produtores ou arranjos público-privados. Essa governança funciona como um mecanismo de orquestração de recursos e capacidades, alinhando objetivos múltiplos – econômicos, sociais e ambientais. Ela se distingue da gestão empresarial tradicional, frequentemente liderada por empresas focais, por sua abrangência e pela necessidade de um alinhamento estratégico multilateral (Gomes *et al.*, 2018).

A base sobre a qual essa arquitetura se assenta são os recursos territoriais, tanto materiais quanto imateriais. Estes incluem o conhecimento tácito local, práticas agronômicas tradicionais, as características climáticas específicas e, crucialmente, a reputação territorial acumulada ao longo do tempo. A capacidade de absorção e aprendizagem coletiva do território determina a eficácia com que esses recursos são mobilizados, recombinaos e atualizados para gerar valor e responder a desafios emergentes. A arquitetura é ainda suportada por infraestruturas técnicas especializadas, como laboratórios de análise, sistemas de monitoramento e plataformas de comercialização

coletiva, os quais operam com uma “permeabilidade regulada”: o ecossistema precisa ser aberto para absorver novas tecnologias, mas de forma mediada pela necessidade de proteger os atributos territoriais específicos, criando um equilíbrio entre inovação e preservação da autenticidade (Mancini *et al.*, 2022).

A eficácia da arquitetura depende essencialmente de como circulam o conhecimento, a informação e os recursos, bem como da forma como se estruturam os canais que viabilizam essas trocas. Nos territórios com Indicação Geográfica (IG), a eficácia tende a ser maior quando há o apoio de instituições de Ciência e Tecnologia (C&T), que fornecem suporte técnico e científico. A integração entre esses dois campos fortalece o ambiente de aprendizagem e colaboração, ampliando as possibilidades de surgimento de inovações, sejam elas radicais ou incrementais.

O que define a arquitetura dos ecossistemas de IG é sua orientação para a disponibilização de bens públicos territoriais. A proteção legal da denominação, a preservação de paisagens culturais e a manutenção de tradições produtivas são externalidades positivas que beneficiam todo o conjunto de atores (Mancini *et al.*, 2022). E é a criação e manutenção desse valor territorial compartilhado que os diferencia fundamentalmente dos clusters de negócios convencionais, cuja lógica primária se volta para a captura de valor econômico por empresas individuais e não para a cocriação de valor.

Gomes *et al.* (2021) caracterizam o ecossistema como um tipo de meta-organização, sendo sua estrutura composta por atributos necessários e desnecessários. Em termos de seus componentes, o ecossistema é formado por um conjunto de atores heterogêneos, independentes, mas interdependentes, os quais estão delimitados por complementaridades.

No contexto de uma Indicação Geográfica (IG), essa meta-organização se manifesta na rede composta por múltiplos atores, o que inclui produtores, reguladores, associações de produtores e instituições de pesquisa. A coordenação, neste arranjo, ocorre de maneira não hierárquica e na ausência de contratos formais que controlem totalmente os atores, embora exista a associação de produtores e o caderno de especificações de IG, que determina as regras, limites e condições para uso do selo, os atores não estão situados em uma condição de subordinação a outro ator do território de IG. O componente central do ecossistema de inovação é a inovação sistêmica. No caso da IG, esta corresponde não apenas ao produto, mas ao arranjo territorial-coletivo inteiro cuja reputação e valor dependem da integração coerente das ofertas individuais e dos complementos fornecidos pelos diversos atores, resultando na criação de valor distribuído.

2.2. DINÂMICAS, RELAÇÕES E EVOLUÇÃO DO ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO NO CONTEXTO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Para além da arquitetura estática, o sucesso de um ecossistema de IG depende de suas dinâmicas, ou seja, do modo como seus atributos interagem e evoluem ao longo do tempo. Seu progresso é marcado por uma contínua generatividade: a capacidade de criar soluções que emergem da interação dinâmica entre os diferentes atores, resultando em inovações que beneficiam toda a rede. Não se trata de um processo tradicional de gestão da inovação, mas sim de uma complexa estrutura que foca nas interações cotidianas entre produtores, técnicos e pesquisadores, e que combina criativamente conhecimentos tradicionais com inovações tecnológicas e organizacionais. O resultado é uma coevolução entre práticas, criando vantagens competitivas sustentáveis que não podem ser replicadas com facilidade.

Um dos aspectos mais relevantes na dinâmica dos ecossistemas de inovação é a capacidade do ator de assimilar e explorar informações existentes. A definição de Capacidade Absortiva foi introduzida por Cohen e Levinthal (1989) como a capacidade da organização em reconhecer, assimilar e aplicar novas e valiosas informações externas. Significa, portanto, a capacidade de identificar, integrar, transmutar e aplicar o conhecimento externo com o propósito de fins comerciais. No contexto de IG, uma vez que o sucesso de uma determinada organização depende, também, do sucesso de outras que estão no mesmo território, a inovação sistêmica se caracteriza por uma inovação que só pode gerar valor em conjunto com inovações complementares relacionadas, vindas da combinação de iniciativas de diferentes atores do ecossistema. Após criada, os membros do território podem capturar o valor gerado pelas inovações e usá-lo favoravelmente para os seus interesses comerciais individuais.

No contexto das Indicações Geográficas (IGs), a lógica da coopetição se torna altamente aplicável. A colaboração é necessária para que o ecossistema de uma IG produza inovação sistêmica, ou seja, um produto cuja reputação esteja intrinsecamente ligada ao território. O valor coletivo só se materializa quando há coerência entre as ofertas individuais e uma gestão eficaz das complementaridades existentes. Por outro lado, a competição é inevitável, já que cada produtor busca destaque e sucesso no mercado com sua própria marca e produto (Vieira *et al*, 2025).

As associações de produtores, por sua vez, devem buscar um equilíbrio entre as forças de competição e de cooperação presentes no ecossistema. Esse equilíbrio é essencial para estimular a coespecialização e garantir o sucesso coletivo. A lógica está em maximizar a colaboração interna, fortalecendo o

território diante de ameaças externas, como outros ecossistemas concorrentes. Ao mesmo tempo, a competição também se manifesta dentro do próprio sistema, afinal, os produtores continuam sendo concorrentes. No entanto, essa competição assume uma natureza distinta: em vez de tentar eliminar seus rivais, os atores colaboram para o crescimento mútuo, conscientes de que o sucesso de cada um reflete positivamente sobre todo o território.

A governança colaborativa deve operar em múltiplos níveis, equilibrando as demandas internas de organização e articulação do setor com as pressões competitivas impostas pelo mercado global. O sucesso de uma Indicação Geográfica depende, de forma decisiva, da construção de legitimidade e da apropriação do processo pelos próprios atores locais, sustentadas por regras de gestão claras e mecanismos de padronização transparentes. Esses instrumentos de articulação são fundamentais para preservar a capacidade de ação coletiva, elemento central para o bom desempenho do sistema e para a prevenção de desequilíbrios que possam comprometer sua estabilidade (Flores; Falcade, 2019).

Essa forma de governança se expressa por meio de uma independência hierárquica, em que a coordenação entre atores autônomos não ocorre pela imposição de uma autoridade central, mas por meio de mecanismos de influência mútua e alinhamento voluntário. Em vez de um modelo baseado em comando e controle, os consórcios e associações funcionam como orquestradores, promovendo a ação coletiva (Gomes *et al*, 2021).

Os ecossistemas de IG seguem trajetórias marcadas por diferentes fases, partindo da sua implantação, seguida pela maturação e renovação, sem a qual tornaria o território pouco competitivo. A transição entre essas fases depende da capacidade de renovar continuamente as fontes de vantagem competitiva através da inovação sistêmica e emergente. A modularidade, manifestada em protocolos de produção e sistemas de certificação, funciona como um facilitador, permitindo que o ecossistema integre novos atores e conhecimentos sem comprometer sua coerência interna. O desafio constante é, portanto, gerenciar o delicado equilíbrio entre a inovação incremental, que aprimora a tradição, e a inovação radical, que pode ser necessária para a sobrevivência, evitando que a primeira leve à obsolescência e a segunda, à descaracterização territorial (Corrêa, 2024).

Os *insights* extraídos do arcabouço de Gestão de Ecossistemas de Gomes *et al*. (2021) oferecem conclusões estratégicas para aprofundar a análise da dinâmica das Indicações Geográficas (IGs), focando em como a gestão deve ser projetada para garantir o sucesso sistêmico em um ambiente de complexidade.

A Gestão de Ecossistemas (EM) não deve ser confundida com a Gestão da Cadeia de Suprimentos (SCM). No contexto da Indicação Geográfica, isso implica que a gestão

deve ter um foco único e primário na criação e desenvolvimento de valor distribuído, enquanto a Gestão da cadeia de suprimentos tradicional se concentra na entrega de valor relacionada a atividades de produção e fornecedores configurada como fluxos ou etapas da cadeia de produção. Na gestão de ecossistemas de inovação no contexto de IG, o desafio não é apenas a logística eficiente do produto, mas sim o design, planejamento e gestão de todas as atividades relacionadas à criação da inovação sistêmica (o produto mais a reputação, território e complementos).

Portanto, as associações de produtores de IG devem priorizar o gerenciamento da complementaridade sobre a gestão linear de fornecedores, reconhecendo que o valor do território depende de complementos e não apenas de fornecedores.

Outro aspecto central está relacionado à coespecialização dos membros. Em um ambiente de Indicação Geográfica (IG) estruturado sob os princípios dos ecossistemas de inovação, os atores não apenas colaboram, mas desenvolvem ofertas individuais que se tornam interdependentes, complementando-se em torno de uma proposta de valor comum: a reputação territorial. Essa coespecialização implica que o desempenho de cada produtor afeta o desempenho coletivo, já que a percepção de qualidade e autenticidade do produto depende da coerência entre as partes. Cada membro contribui com competências específicas, recursos locais, práticas produtivas e valores culturais que, integrados, fortalecem a identidade do território.

Observa-se que os elementos mais determinantes para a gestão de IG são a interdependência, a complementariedade, a generatividade e o modelo de governança adotado pelas associações de produtores.

Em uma configuração de IG orientada pelos princípios dos ecossistemas de inovação, os atores são interdependentes porque suas ações influenciam e são influenciadas pelas ações dos demais. A eficiência coletiva depende dessa reciprocidade, na qual cada contribuição individual impacta o desempenho do sistema como um todo.

A complementariedade surge quando os recursos e competências de um ator potencializam os de outro, criando sinergias que fortalecem o território e ampliam sua capacidade de gerar valor. Essa lógica se expressa na utilização de conhecimentos, práticas e ativos locais que se transformam em vantagens compartilhadas.

Além disso, a inovação contínua é o elemento que garante a vitalidade e a competitividade do território, tanto no cenário local quanto no global. Ela permite que o ecossistema se adapte às mudanças do ambiente externo, mantenha sua relevância e preserve a reputação associada à sua origem.

2.3. PROPÓSITO E RESULTADOS DO ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO NO CONTEXTO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Por fim, a análise se concentra na dimensão de Propósito e Resultados, que examina a razão de ser desses ecossistemas e o valor que eles geram. Sua característica mais marcante é a diversidade de propósitos, que vão além dos objetivos econômicos tradicionais, incorporando dimensões sociais, culturais e ambientais na criação de valor territorial. O propósito central consiste na proteção e valorização do patrimônio do território, tanto material quanto imaterial, com uma perspectiva de longo prazo que considera as necessidades das gerações futuras, em contraste com a orientação de curto prazo comum em muitos ecossistemas de negócios. Nesse contexto, sustentabilidade e regeneração territorial tornam-se imperativos estratégicos, guiando ações coletivas e individuais e promovendo um modelo de desenvolvimento endógeno baseado na mobilização de recursos locais específicos (Corrêa *et al.*, 2024; Mancini *et al.*, 2022; Flores; Falcade, 2019; Vieira *et al.*, 2025).

Esses propósitos se traduzem em resultados multidimensionais. No âmbito econômico, a principal vantagem advém de estratégias de diferenciação que permitem à IG conquistar reconhecimento e valor agregado para seus produtos (Corrêa *et al.*, 2024; Flores; Falcade, 2019). Esses resultados não dependem apenas da qualidade intrínseca, mas também da capacidade de comunicar os atributos territoriais de forma consistente. A credibilidade da IG depende da confiança mútua entre os produtores e a associação que gerencia o território. Os produtores precisam acreditar que a associação representa seus interesses, organiza a padronização dos produtos de maneira justa e fortalece a reputação coletiva. Ao mesmo tempo, os consumidores devem confiar que os produtos refletem a autenticidade e a qualidade do território (Vieira *et al.*, 2025). A transformação digital tem potencializado essa comunicação, oferecendo maior transparência ao longo da cadeia de valor e criando oportunidades de conexão direta entre produtores e consumidores (Mancini *et al.*, 2022). Além disso, as IGs geram efeitos multiplicadores locais, incentivando atividades complementares como turismo, gastronomia e artesanato, o que fortalece a competitividade coletiva do território.

Nos resultados sociais, um dos efeitos mais relevantes é o fortalecimento de identidades territoriais e do orgulho local, fatores que contribuem para o senso de pertencimento na comunidade e refletem diretamente para a coesão social (Mancini *et al.*, 2022; Vieira *et al.*, 2025). A participação cívica e a capacidade de ação coletiva das comunidades são reforçadas, sendo a capacidade de trabalhar coletivamente um fator determinante para o êxito da IG. O processo de patrimonialização valoriza conhecimentos

e práticas tradicionais locais, incentivando sua transmissão entre gerações por meio de atividades de treinamento. A governança participativa inerente às IGs cria canais de diálogo e negociação que fortalecem o capital social territorial, desenvolvendo competências coletivas de resolução de conflitos e construção de consensos. Essa gestão deve visar a articulação entre os diversos atores e o desenvolvimento de relacionamentos profissionais e sociais ao longo da cadeia de valor. Contudo, estes resultados não são automáticos e dependem da capacidade das instituições de prevenir a concentração do poder econômico e evitar mecanismos oportunistas (Mancini et al., 2022; Vieira et al., 2025), promovendo assim o acesso equitativo e percebido como justo aos benefícios da IG.

Nos resultados ambientais, os ecossistemas de IG frequentemente geram externalidades positivas ao preservar estruturas produtivas tradicionais, conservar variedades locais e estimular práticas de manejo sustentável (Mancini et al., 2022; Flores; Falcade, 2019). Esses efeitos decorrem da coevolução entre sistemas produtivos e ecossistemas naturais, proporcionando serviços essenciais, como a proteção da qualidade do solo e a manutenção de paisagens culturais (Mancini et al., 2022). A crescente demanda por produtos sustentáveis abre caminho para que as IGs se posicionem como instrumentos de transição para uma produção ambientalmente responsável. Esse papel se fortalece quando as práticas tradicionais são combinadas com certificações complementares, como agricultura orgânica, manejo sustentável do solo e programas de preservação da biodiversidade. Dessa forma, as IGs não apenas agregam valor econômico aos produtos, mas também consolidam a reputação do território como referência em sustentabilidade, incentivando práticas responsáveis em toda a cadeia produtiva. Além disso, o reconhecimento de padrões confiáveis pode estimular a inovação ecológica e favorecer parcerias com instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil e políticas públicas voltadas para a conservação e regeneração do território (Flores; Falcade, 2019; Mancini et al., 2022).

Apesar desse potencial, a concretização desses objetivos enfrenta desafios constantes, em especial o dilema entre preservar tradições e incorporar inovações necessárias para manter a competitividade (Vieira et al., 2025). A introdução de tecnologias deve ser cuidadosamente mediada, de modo a não comprometer o equilíbrio natural nem a percepção de autenticidade pelos consumidores. Gerir o equilíbrio entre autenticidade e adaptação, além de superar vulnerabilidades externas, como mercados concentrados ou mudanças climáticas, exige processos de governança participativos, envolvendo todos os atores da cadeia de valor e *stakeholders* locais (Corrêa et al., 2024; Mancini et al., 2022).

Adicionalmente, a sustentabilidade de longo prazo depende de uma sólida capacidade de aprendizagem coletiva, que permita construir consensos sobre trajetórias de desenvolvimento desejáveis, utilizando pesquisa e educação como ferramentas de aprimoramento contínuo (Flores; Falcade, 2019). A criação de sistemas de monitoramento e avaliação participativa dos impactos ambientais torna-se, assim, fundamental, demandando redes de pesquisa e apoio institucional para acompanhar, analisar e orientar a gestão ambiental dos ecossistemas de IG.

A dimensão de Propósito e Resultados mostra que o ecossistema de inovação no contexto de Indicação Geográfica (IG) funciona como uma meta-organização cujo sucesso é necessariamente multidimensional, centrado na proteção do patrimônio e na sustentabilidade de longo prazo. Esse modelo de criação de valor se manifesta tanto em resultados econômicos, por meio da diferenciação, quanto em resultados sociais, ao fortalecer a coesão territorial e ambientais, quando focado na sustentabilidade de longo prazo.

A complexidade da gestão desses ecossistemas, que envolve equilibrar autenticidade e modernização, prevenir oportunismo e assegurar a legitimidade do produto junto ao consumidor, torna essencial a adoção de uma estrutura de gestão capaz de lidar com a interdependência de forma integrada e estratégica. Nesse sentido, o arcabouço da Gestão de Ecossistemas (EM) se apresenta como a abordagem mais adequada para o planejamento, o design e a condução das atividades de IG (Gomes et al., 2021).

3. CONCLUSÕES

Este capítulo analisou os ecossistemas de inovação no contexto das Indicações Geográficas (IGs), destacando suas diferenças em relação aos clusters de negócios tradicionais. A discussão partiu da evolução do conceito de ecossistema, considerando a coevolução e a interdependência entre os atores, a coopetição voltada para a criação de valor compartilhado e a gestão das interdependências críticas e discutiu os principais aspectos que determinam se um território com IG possui características de ecossistema de inovação.

A distinção central reside no fato de que nem todo território com IG constitui, por si só, um ecossistema de inovação. Um cluster se integra a um ecossistema de inovação quando a criação de valor transcende as fronteiras organizacionais tradicionais, estruturando-se em uma rede complexa de atores interligados por uma proposta de valor focal uníssona.

Para caracterizar um território de IG como um ecossistema de inovação, o capítulo utilizou o arcabouço conceitual de Gomes *et al.* (2021) e articulou os atributos em três dimensões essenciais:

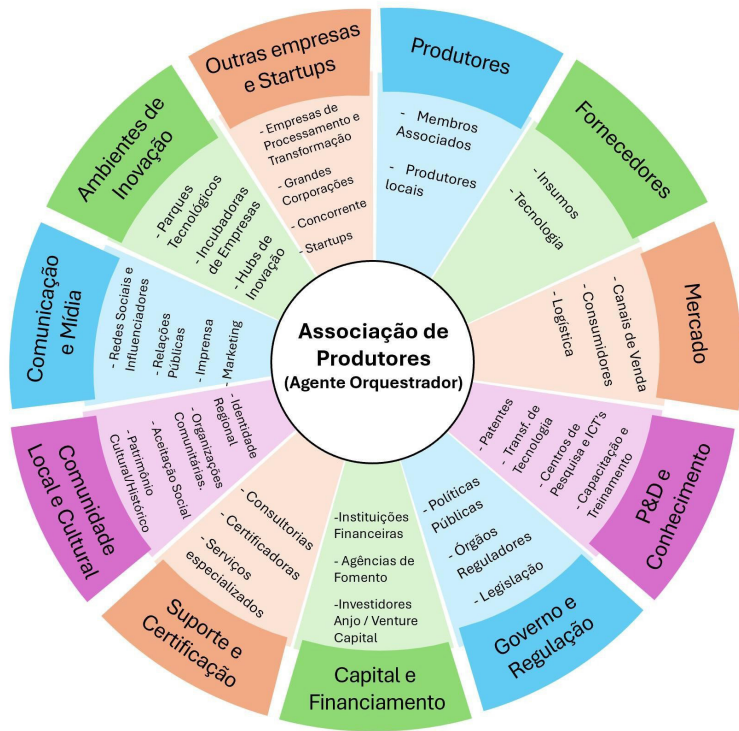
1. **Arquitetura e Componentes:** A arquitetura nestes ecossistemas transcende a simples concentração geográfica, configurando-se como um arranjo territorial-coletivo complexo, com a centralidade dos bens públicos territoriais. Os atores são diversos, indo além da tríade tradicional (empresa, governo e universidades). A governança colaborativa é um componente distintivo, materializada nas associações que alinham objetivos econômicos, sociais e ambientais, buscando estratégias para beneficiar todo o sistema.
2. **Dinâmicas, Relações e Evolução:** A evolução é marcada por uma contínua generatividade, criando soluções a partir da interação dinâmica entre tradição e inovação. A aprendizagem coletiva e as redes de conhecimento facilitam a difusão de inovações. As dinâmicas de coopetição incorporam objetivos territoriais coletivos como a preservação da reputação e a sustentabilidade ambiental. A resiliência e adaptabilidade resultam da diversidade local e da capacidade de aprendizagem de seus membros, orquestrados pela associação de produtores.
3. **Propósito e Resultados:** Distinguem-se pelos propósitos múltiplos, que integram dimensões sociais, culturais e ambientais na criação de valor territorial, transcendendo objetivos econômicos convencionais. O propósito primário é a proteção e valorização do patrimônio territorial e o desenvolvimento territorial endógeno. Isso gera resultados econômicos, mas também resultados sociais como o fortalecimento de identidades territoriais e inclusão social. Além disso, são perceptíveis os resultados ambientais como a preservação do meio ambiente.

Em suma, este capítulo conclui que os ecossistemas de inovação em territórios com IG representam arranjos colaborativos singulares, orientados pela criação de valor compartilhado que beneficia não apenas clientes e *stakeholders*, mas o próprio território, com uma visão de longo prazo para a sustentabilidade. Contudo, a existência de um cluster de IG não garante que sua configuração seja um ecossistema de inovação, devendo este reunir atributos que o elevem para além das características tradicionais dos territórios de IG. A compreensão aprofundada de suas interdependências, coopetição e governança colaborativa é, portanto, essencial para aprimorar a gestão e promover um desenvolvimento econômico local robusto e sustentável, intrinsecamente ligado à identidade e autenticidade de seu patrimônio.

A principal implicação desta análise é, portanto, uma mudança de paradigma na gestão de territórios com IG. A visão deve transcender a administração de um selo de qualidade ou de um cluster produtivo, evoluindo para a orquestração de um ecossistema complexo, dinâmico e orientado por um propósito coletivo. Isso exige dos gestores e atores locais novas competências, focadas menos no controle e mais na facilitação e na construção de confiança. O desafio gerencial passa a ser o de equilibrar a preservação do legado territorial com a capacidade de inovação sistêmica, garantindo que o valor criado seja não apenas capturado pelos membros, mas continuamente reinvestido na saúde e na resiliência do próprio ecossistema.

A estrutura para a gestão de ecossistemas no contexto de indicação geográfica, pode ser consultada na Figura 1.

Figura 1 – Estrutura de um ecossistema de inovação no contexto de IG.



Fonte: Autores.

O ecossistema envolve um número expressivo de atores e processos interligados, o que torna sua dinâmica complexa e exige do agente orquestrador uma gestão capaz de equilibrar atributos, relações e interesses em prol da harmonia territorial. O foco central está em manter o equilíbrio entre a preservação da tradição e a incorporação

de inovações sistêmicas. Quando faltam interdependência, complementariedade e capacidade de geração de valor coletivo, o sistema deixa de se configurar como um verdadeiro ecossistema de Indicação Geográfica, reduzindo-se a uma simples concentração geográfica de instituições, sem distinção significativa em relação a outros territórios sem reconhecimento formal de IG.

Por fim, este capítulo abre caminhos para futuras investigações. Aprofundar como as tecnologias digitais podem fortalecer a governança e a transparência nestes arranjos, ou analisar comparativamente a evolução de diferentes ecossistemas de IG ao longo do tempo, são agendas de pesquisa promissoras. Teoricamente, os ecossistemas de IG podem ser vistos como uma manifestação empírica dos chamados “ecossistemas orientados a um propósito” (*purpose-driven ecosystems*), onde a criação de valor econômico está intrinsecamente condicionada à geração de resultados sociais e ambientais positivos. Compreender esses arranjos sob essa ótica não apenas enriquece a literatura sobre ecossistemas de inovação, mas também oferece um modelo valioso para o desenvolvimento de economias mais sustentáveis e territorialmente enraizadas.

REFERÊNCIAS

- ADNER, R. Match your innovation strategy to your innovation ecosystem. **Harvard Business Review**, v. 84, n. 4, p. 98-107, 2006.
- ADNER, R. Ecosystem as structure: an actionable construct for strategy. **Journal of Management**, v. 43, n. 1, p. 39-58, 2017.
- BRANDENBURGER, A. M.; NALEBUFF, B. J. Co-opetition: a revolutionary mindset that combines competition and cooperation in the marketplace. **New York: Currency/Doubleday**, 1996.
- COHEN, W M.; LEVINTHAL, D. A. Innovation and learning: the two faces of R & D. **The Economic Journal**, [S. l.], v. 99, n. 397, p. 569-596, set. 1989.
- CORRÊA, S. J. P.; NEJAIM, V. M.; ABUD, A. K. S.; BARRETTO, L. C. O.; BARBOSA, J. B.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. M. Implementação e governança da Indicação Geográfica no Brasil: uma revisão. **Revista Geográfica de América Central**, n. 72, v. 1, p. 187-211, jan./jun. 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15359/rgac.72-1.7>
- FLORES, S. S.; FALCADE, I. Innovation, competitiveness and sustainability factors for evaluation and prospection of geographical indications in Brazil. In: **41st World Congress of Vine and Wine**, 2019.
- GOMES, L. A. V.; FACIN, A. L. F.; SALERNO, M. S.; IKENAMI, R. K. Unpacking the innovation ecosystem construct: evolution, gaps and trends. **Technological Forecasting & Social Change**, v. 136, p. 30-48, 2018. DOI: 10.1016/j.techfore.2016.11.009.
- GOMES, L. A. V.; FLECHAS, X. A.; FACIN, A. L. F.; BORINI, F. M. Ecosystem management: past achievements and future promises. **Technological Forecasting & Social Change**, v. 171, n. 120950, 2021. DOI: 10.1016/j.techfore.2021.120950.
- GRANSTRAND, O; HOLGERSSON, M. Innovation ecosystems: a conceptual review and a new definition. **Technovation**, v. 90-91, p. 102-118, 2020.
- HANNAH, D. P.; EISENHARDT, K. M. How firms navigate cooperation and competition in nascent ecosystems. **Strategic Management Journal**, v. 39, n. 12, p. 3163-3192, 2018.
- IANSENTI, M.; LEVIEN, R. **The Keystone Advantage: What the New Dynamics of Business Ecosystems Mean for Strategy, Innovation, and Sustainability**. Boston: Harvard Business School Press, 2004.
- JACOBIDES, M. G.; CENNAME, C.; GAWER, A. Towards a theory of ecosystems. **Strategic Management Journal**, v. 39, n. 8, p. 2255-2276, aug. 2018.
- MANCINI, M. C.; GUARESCHI, M.; BELLASSEN, V.; ARFINI, F. Geographical Indications and Public Good Relationships: Evidence and Policy Implications. **EuroChoices**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1746-692X.12360>
- MOORE, James F. Predators and prey: a new ecology of competition. **Harvard Business Review**, v. 71, n. 3, p. 75-86, 1993.
- PORTER, Michael E. Clusters and the new economics of competition. **Harvard Business Review**, v. 76, n. 6, p. 77-90, 1998.
- TAKEY, S. M.; CARVALHO, M. M. Fuzzy front end of systemic innovations: A conceptual framework based on a systematic literature review. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 111, p. 97-109, 2016.
- VIEIRA, L. M.; MONTICELLI, J. M.; CISLAGHI, T. P. The interplay of institutions and coopetition: a decade-long analysis of a geographical indication in the Brazilian wine industry. **Journal of Business and Industrial Marketing**, jan. 2025.

SOBRE OS ORGANIZADORES

RUBMARA KETZER OLIVEIRA

Departamento de Economia, Administração e Sociologia – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Av. Pádua Dias, 11 – Piracicaba, SP – Brasil.

Pós-doutoranda (Bolsa FAPESP nº 2024/17498-6) na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP). Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestrado e doutorado em Ciências pela Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Possui MBA em Gestão Escolar e MBA em Data Science & Analytics (USP), além de especialização em Solos e Nutrição de Plantas (ESALQ/USP). Seus interesses de pesquisa e atuação profissional concentram-se nas áreas de Gestão, Educação, Inovação e Tecnologias.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6963-3074>

EDUARDO EUGÊNIO SPERS

Departamento de Economia, Administração e Sociologia – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Av. Pádua Dias, 11 – Piracicaba, SP – Brasil.

Realizou pós-doutorado na Wageningen University & Research (WUR – Países Baixos) e doutorado em Administração na Universidade de São Paulo (USP – Brasil). Atualmente é pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), professor titular e chefe do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8057-3460>

ÍNDICE REMISSIVO

C

Capacidade absorviva 110, 116
Capital social 3, 7, 8, 10, 120
Comportamento do consumidor 16, 18, 29, 35
Conservação ambiental 36, 63, 68
Cooperativismo 1, 2, 3, 5, 6, 59, 104, 105, 109
Coopetição 110, 111, 114, 116, 121, 122

D

Desenvolvimento endógeno 2, 3, 36, 43, 63, 66, 74, 119
Desenvolvimento regional 16, 34, 35, 51, 59, 61
Desenvolvimento territorial 1, 2, 4, 8, 9, 10, 13, 14, 16, 17, 18, 27, 31, 32, 33, 34, 46, 47, 58, 59, 60, 64, 65, 72, 78, 96, 97, 98, 107, 110, 122
Diferenciação territorial 77

E

Engajamento do consumidor 126
Engajamento transformador 140

G

Gestão de riscos 140
Governança colaborativa 110, 114, 117, 122
Governança institucional 47
Governança participativa 73, 74, 120, 140
Governança territorial 1, 5, 8, 16, 26, 27, 32, 34, 54, 63, 65, 74

I

Indicações Geográficas 1, 2, 3, 7, 8, 9, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 45, 46, 49, 50, 52, 54, 62, 64, 65, 67, 74, 75, 96, 99, 100, 101, 102, 104, 107, 108, 110, 113, 116, 117, 121, 127, 135, 139

L

Legitimidade institucional 140

M

Marketing territorial 3, 17, 34, 74, 126

Metodologias ativas 97, 102

N

Narrativas de marca 126

P

Patrimônio cultural 1, 2, 36, 51, 57, 58, 60, 61, 94, 126, 128, 129, 139

Pertencimento territorial 97, 98, 108

Produtos territoriais 1, 2, 4

Propriedade intelectual 12, 15, 16, 19, 23, 30, 34, 46, 47, 48, 50, 56, 58, 60, 62

Protagonismo juvenil 97

R

Regulação sanitária 46, 47

Reputação digital 126

Resiliência agroecossistêmica 63, 70

Resiliência ambiental 77

Ruralidades contemporâneas 36

S

Serra da Canastra 1, 2, 3, 4, 6, 13, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 47, 55, 58, 64, 72, 78, 84, 101, 103, 105, 109, 126, 140, 142, 148

Sistemas Agroalimentares Localizados 63, 64, 67

Sistema socioecológico 77, 95

Sustentabilidade agrícola 7, 8, 11

T

Terroir 63, 64, 65, 77, 78, 79, 80, 82, 92, 94, 140, 141, 148

Turismo pedagógico 97, 103, 104

V

Valor agregado 1, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 29, 31, 33, 48, 57, 58, 63, 65, 67, 74, 119, 142

Valor compartilhado 110, 111, 121, 122

